

Sistemas de contador inteligente: preparativos para a implantação

As Directivas do mercado interno de electricidade e gás [diretivas 2009/ 72/ CE e 2009/ 73/ CE], obrigam os Estados membros a efectuar, até 3 de Setembro deste ano, uma avaliação dos custos e benefícios expectáveis da implementação dos contadores inteligentes. Para que essas avaliações sejam comparáveis, a Comissão Europeia publicou uma [Recomendação \[2012/ 148/ UE\]](#) que estabelece critérios a que essas avaliações devem satisfazer.

O documento contém três secções:

- **Protecção de dados e segurança:** orientações para que a concepção e o funcionamento de redes inteligentes e de sistemas de contador inteligente assegurem o direito fundamental à protecção dos dados pessoais;
- **Método de avaliação económica dos custos e benefícios a longo prazo, resultantes da implantação de sistemas de contador inteligente:** orientações para que a avaliação económica dos custos e benefícios seja coerente, credível e transparente;
- **Requisitos funcionais mínimos aplicáveis a sistemas de contador inteligente de electricidade:** orientações para a utilização de parâmetros de interoperabilidade adequados, das normas para sistemas de contador inteligente elaboradas no âmbito dos mandatos [M/ 441](#), [M/ 468](#) e [M/ 490](#) e das melhores práticas.

A Recomendação foi objecto de [Parecer pelo EDPS](#) ("Opinion of the European Data Protection Supervisor on the Commission Recommendation on preparations for the roll-out of smart metering systems").

A EDPS, não obstante avaliar positivamente as Recomendações da Comissão, efectua algumas recomendações adicionais, tendo em conta que o estabelecimento de perfis de consumo individuais, se a regulamentação de segurança não for apropriada, permitirá conhecer muito mais do que os simples consumos energéticos, podendo pôr em risco a privacidade e a própria segurança do consumidor. Designadamente, sugere que algumas das recomendações assumam carácter vinculativo, por via de uma directiva; que seja assegurada a cooperação entre os reguladores e as autoridades responsáveis pela protecção de dados; que o cliente tenha possibilidade de recusar o *smart-meter*, ou parte das suas funcionalidades, (devendo, portanto, ser claramente distinguidos os dados que poderão ser coligidos sem consentimento, e aqueles cuja transmissão deve exigir consentimento do cliente); que o cliente seja informado sobre as eventuais funcionalidades *on/ off* de controlo remoto existentes.

Na avaliação das garantias de protecção de dados, os estados-membros devem seguir um modelo elaborado pela Comissão.

Seminário APE "Liberalização dos Mercados de Electricidade e Gás Natural"

A Associação realizou o seu seminário anual no passado dia 10 de Julho, no CCB, verificando-se um interesse muito considerável por parte do público-alvo, registando a presença de mais de 170 participantes.

Embora com um programa extenso, a focagem e concisão dos oradores e dos membros dos painéis permitiu sessões esclarecedoras e objectivas, com espaço para a análise das diversas vertentes, que incluíam os níveis político, da regulamentação, da operação de mercados, da comercialização e do consumo de electricidade e gás natural.

A presença e a intervenção do Secretário de Estado da Energia na abertura do Seminário evidenciou a oportunidade do tema que, pelo lado português, contou com oradores da ERSE, do OMIP e da DGC. As perspectivas do mercado interno europeu e do mercado regional ibérico estiveram presentes, com as intervenções do representante da Comissão Europeia e dos representantes da CNE (Comisión Nacional de Energia) e do Comité Espanhol do CME. Os painéis dos dois temas permitiram complementar a análise dos oradores com as visões dos comercializadores e dos consumidores.

A extinção das tarifas reguladas para os pequenos consumidores, próximo passo para a liberalização dos mercados da energia, deu plena actualidade ao Seminário. Concretizar este processo de mudança, em especial num ambiente de dificuldades económicas como o que estamos a viver, exige informação completa, clara e transparente, não só acerca da liberalização e dos seus objectivos, mas também em relação às distintas ofertas dos comercializadores.

Como também foi referido, para assegurar um mercado concorrencial no sector grossista, com a abertura a novos operadores, é necessária a harmonização regulatória, nomeadamente em relação aos pagamentos de capacidade e das renováveis. É, também, crítico aumentar a capacidade das interligações, particularmente entre a Península Ibérica e a França. Quanto ao mercado ibérico de gás natural, cujo processo está mais atrasado, o desenvolvimento da concorrência requer uma regulação equilibrada e transparente e que facilite o acesso aos terminais de GNL, aos gasodutos e às instalações de armazenamento.

Ao enquadramento legal e regulatório exige-se que induza os investimentos necessários para um serviço de elevada qualidade a preço suportável, e simultaneamente, que defenda os interesses dos consumidores, em benefício da competitividade da economia.

Para a realização deste seminário a APE contou com a habitual colaboração dos seus associados através do Patrocínio Principal da EDP e da REN, do Apoio Financeiro da EDA, da EDP Gás, do Grupo Portucel Soporcel e da SIEMENS e, ainda, com o Apoio Institucional da DGEG e da ERSE.

As apresentações dos oradores encontram-se já disponíveis no website da Associação.



22º Congresso Mundial de Energia DAEGU 2013

Realiza-se em Outubro de 2013, em Deagu, na República da Coreia, o 22º. Congresso Mundial de Energia, organizado pelo WEC.

Subordinado ao tema “*Garantir Hoje a Energia de Amanhã*” o Congresso assenta no reconhecimento pela comunidade internacional que o futuro do sector da energia será moldado por questões como as alterações climáticas, segurança de abastecimento e acesso à energia, embora não exista ainda um consenso na forma de alcançar um futuro sustentável. Neste contexto, o Congresso de Deagu pretende desenvolver soluções na área da energia que congreguem um vasto apoio internacional, procurando criar um “*roadmap*” que forneça aos participantes o conhecimento necessário para se manterem em linha com as rápidas mudanças que irão ocorrer no cenário energético mundial.

Segundo a organização está previsto que o “*Call for Papers*” seja lançado em Setembro próximo, para seleccionar os cerca de 150 trabalhos a ser apresentados no Congresso, de entre os quais 5 serão premiados.

Nesta altura está já confirmada a participação de um notável conjunto de oradores convidados, entre os quais se destacam: Khalid A. Al-Falih, Saudi Aramco; Jose da Costa Carvalho Neto, Eletrobras; Christiana Figueres, UNFCCC; James Leape, WWF International; Gérard Mestrallet, GDF-Suez; Michael Suess, Siemens Energy; Johannes Teyssen, E.ON; Maria van der Hoeven, IEA; Peter Voser, Royal Dutch Shell.



Novo Modelo Organizacional do WEC

O actual Presidente do Conselho Mundial de Energia, Pierre Gadonneix (ex-CEO EDF) termina o seu mandato, existindo duas candidaturas, do Canadá e da Coreia, para a sucessão.

Tendo em consideração a necessidade de responder melhor à abrangência geográfica do CME, deve ser adoptado na Assembleia Executiva deste ano (Mónaco, Novembro) um novo modelo, instituindo-se um co-Presidente, que sucederá na presidência ao fim do mandato do Presidente. Assim, prevê-se que em Novembro seja eleita Presidente Marie-José Nadeau (que foi Presidente do Congresso de 2010 em Montréal) e co-Presidente, David Kim (Presidente do Congresso de 2013 em Daegu, Coreia)

O Conselho de Administração (Officers Council) do Conselho Mundial da Energia compreende o Presidente, Vice-Presidentes Regionais, Presidentes dos Comités Financeiro e Permanentes (Programas, Estudos e Divulgação, Presidente-eleito do Congresso e Secretário Geral.

Relatórios sobre o acidente de Fukushima

O desastre de Fukushima foi objecto de vários inquéritos: da empresa Tokio Electric Power, do Governo japonês (devendo ambos ser publicados no Verão de 2012), do Parlamento (em curso), e de uma comissão independente baseada no sector privado (relatório publicado em 28 de Fevereiro de 2012).

Enviado pelo Presidente do Comité Japonês do WEC, Teruaki Masumoto, recebemos uma cópia de um artigo relativo ao relatório dessa investigação independente, publicado por um dos seus membros (Kenji Yamaji, Director General, Research Institute of Innovative Technology for Earth, RITE). Destacamos desse artigo uma passagem que parece do maior interesse (mantendo a versão inglesa):

« Part 3 “Analysis of Historical and Structural Factors” identifies historical and structural factors that resulted in the insufficiency of preparedness for severe accidents, such as damage to a reactor core. To put it simply, the myth of safety, which refers to the belief that a severe accident will never happen, was created while the construction of nuclear power stations proceeded. The situation became such that it was difficult to even discuss the possibility of a severe accident occurring and, as a result, preparedness for severe accidents, which constitutes the fourth layer of the “defence in depth”, remained inadequate».

“World Energy Insight”, 2012

O World Energy Council publicou, no início de Junho a edição de 2012 do “[World Energy Insight](#)”, marcando a realização do Energy Leaders’ Summit em Istambul, na Turquia.

Esta edição apresenta dois artigos de fundo, assinados pelo Presidente e pelo Secretário-Geral do WEC, analisando o panorama energético mundial de uma forma global, no primeiro caso, e dando destaque aos desafios regionais, no segundo.

Em termos sectoriais são abordadas as temáticas do carvão (Fatih Birol, IEA), da água e energia (Loic Fauchon, World Water Council) e da eficiência energética nas economias emergentes (Kandeh K. Yumkella, UN-Energy).

De destacar ainda os artigos abordando o desenvolvimento energético em África e a situação estratégica da Turquia, desafios e oportunidades daquele país.